

Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008

Em 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil pela primeira vez. Após 22 anos na oposição e três derrotas eleitorais (1989, 1994 e 1998) para candidatos de centro e direita, o maior e mais organizado partido de esquerda da América Latina, o Partido dos Trabalhadores (PT), finalmente conquistava o Governo Federal¹. Também pela primeira vez, desde 1989, um presidente era eleito tendo por trás de si um partido com forte enraizamento social e níveis de coesão, disciplina e lealdade muito superiores às outras grandes agremiações políticas brasileiras. Lula seria reeleito em 2006 e, em 2008, não era difícil perceber os efeitos do novo ambiente institucional sobre o PT e a consequente dificuldade de adaptação a ele: para governar, o partido teve que fechar alianças com legendas de centro e direita com as quais possuía pouca afinidade ideológica; enfrentou graves acusações de corrupção e a maior crise de sua história; realizou duas eleições que levaram a uma nova configuração interna de poder; organizou um congresso nacional para atualizar suas diretrizes políticas; e adotou medidas que contrariavam seu histórico programático, resultando na saída de membros importantes do partido.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association (Lasa), em junho de 2009, no Rio de Janeiro. Agradeço a Rachel Meneguello, Fabricio Pereira da Silva, Feliciano Guimarães, Hernan Gomez, Dolores Rivarola e a dois pareceristas da *RBCP* pelas críticas e sugestões. Agradeço também a Timothy Power, Wendy Hunter e Tracy Fenwick pelos comentários durante o período de pesquisa e a Capes pelo financiamento.

O objetivo deste artigo é avaliar os efeitos do exercício do Governo Federal sobre a organização interna e a proposta política do PT entre 2003 e 2008. Mostramos que as novas pressões ambientais às quais o partido foi submetido não levaram a uma ruptura com sua história e trajetória recentes, mas aceleraram o processo de acomodação da agremiação a uma postura mais moderada ideologicamente e mais adaptada às imposições do sistema político brasileiro. Mostramos também que esse processo de acomodação não esteve livre de tensões e que encontrou limites determinados pela história/formação do partido e suas características institucionais.

Ao tentar compreender os efeitos da primeira experiência do controle do executivo federal sobre o PT, este trabalho busca contribuir com a recente discussão na literatura a respeito das transformações petistas. Embora haja um razoável consenso a respeito da natureza das mudanças pelas quais o partido passou, não existe acordo sobre o que as causou, nem sobre como o caso petista se insere dentro do quadro teórico mais amplo de estudo dos partidos políticos, como é possível observar em Samuels (2004), Hunter (2007a e 2008) e Ribeiro (2008).

O artigo está organizado em duas partes. Na primeira, apresentamos de forma sucinta as transformações pelas quais passou o PT desde a sua fundação, em 1980, até a vitória de Lula em 2002, e discutimos criticamente a análise dessas mudanças pelos trabalhos citados acima. Na segunda, tratamos dos efeitos do exercício do Governo Federal sobre o partido. Prestamos especial atenção à formação do governo em 2003, aos escândalos de corrupção que envolveram o partido em 2005, aos dois Processos de Eleições Diretas (PEDs) para a escolha das lideranças petistas ocorridos em 2005 e 2007 e às decisões tomadas no III Congresso Nacional (CN) do PT, também realizado em 2007.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho combina pesquisas qualitativa e quantitativa. Resoluções partidárias, campanhas eleitorais e disputas políticas no interior do partido são objeto de análise, assim como quatro *surveys* realizados com as lideranças intermediárias petistas em encontros e congressos nacionais nos anos de 2001, 2006 e 2007. Três dos quatro *surveys* utilizados foram feitos pela Fundação Perseu Abramo (FPA), ligada ao PT, e um pelo autor no 13º Encontro Nacional (EN) do partido, em 2006. A decisão de utilizar os dados obtidos junto aos delegados petistas está baseada em aspectos empíricos e teóricos. Os delegados compõem uma boa mostra das lideranças intermediárias do partido, com boa inserção na máquina partidária-

ria. São membros do PT que vivem seu dia-a-dia, ocupam, na sua maioria, postos diretivos no plano subnacional e participam da instância máxima de deliberação partidária: os encontros e congressos nacionais, responsáveis por decisões sobre o programa, a estratégia e as linhas de construção da agremiação (PT, 2001, p. 30). Embora não seja muito comum encontrarmos estudos com lideranças intermediárias na literatura sobre partidos políticos institucionalizados, trabalhos como os de Reif, Cayrol e Niedermayer (1980), Rohrschneider (1994) e Mair (2001) ressaltam a importância de pesquisas desse tipo para a análise do posicionamento ideológico e para a compreensão da organização e funcionamento dos partidos políticos.

As transformações do PT até 2002

Fundado em 1980, o PT foi tratado pela literatura como uma novidade (MENEGUELLO, 1989; KECK; 1991) e uma exceção na política brasileira (MAINWARING, 1999). Novidade devido ao seu processo de formação, proposta política e organização interna. Exceção pelos elevados níveis de coesão e disciplina em um ambiente caracterizado por partidos políticos fracos, pouco institucionalizados e de tipo *catch-all*. A origem externa do partido e sua sólida vinculação a bases sociais organizadas, um modelo de funcionamento articulado e centralizado, intensa atividade interna e a primazia da função de agregação de interesses sobre a função eleitoral fizeram, inclusive, com que autores como Meneguello (1989) e Mainwaring (1999) afirmassem que o PT se aproximava, em muito, do modelo de ‘partido de massa’ descrito por Duverger (1980). A partir da segunda metade da década de 1990, porém, o PT apresentou transformações tanto no seu aspecto ideológico-programático quanto organizacional. Como não há espaço, neste artigo, para uma extensa descrição das mudanças petistas, ficaremos com uma breve menção às mais citadas na literatura (AMARAL, 2003; SAMUELS, 2004; HUNTER, 2007a e 2008; RIBEIRO, 2008; MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

a) *Caminhada para o centro*: o partido deixou de condenar alguns dos preceitos da agenda neoliberal, sobretudo na área econômica. No programa de governo para as eleições de 2002 e na Carta ao Povo Brasileiro, divulgada por Lula durante a campanha, por exemplo, o partido comprometeu-se com a estabilidade monetária, a manutenção do equilíbrio fiscal, e com o cumprimento de acordos internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (AMARAL, 2003; SAMUELS, 2004; HUNTER, 2007a e 2008; RIBEIRO, 2008).

b) *Desideologização do programa e ênfase em questões concretas de governo*: durante os anos 1990, ocorreu um processo de desideologização do programa petista. O PT deixou de vincular suas propostas ao seu caráter socialista e à construção de um futuro socialista no Brasil. Paralelamente, passou a exaltar a capacidade do partido para resolver problemas concretos da população e governar de forma responsável e com a colaboração de outras forças políticas (MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

c) *Compromisso com a democracia representativa e com a ordem institucional*: a democracia representativa passou a ser aceita sem restrições, e rupturas com a ordem institucional pararam de ser mencionadas nos documentos petistas. Em 2002, por exemplo, o partido comprometeu-se a realizar a reforma agrária dentro dos parâmetros constitucionais, e a fazer mudanças econômicas dentro dos ‘marcos institucionais’ (SAMUELS, 2004; RIBEIRO, 2008).

d) *Mais ênfase nas disputas eleitorais*: o PT passou a se preocupar muito mais com o crescimento do partido no âmbito institucional e com as disputas eleitorais (HUNTER, 2007a). Ribeiro (2008), ao analisar as campanhas para as eleições presidenciais de 1989 e 2002, conclui que o PT transitou do modelo *labour-intensive* de campanha para o *capital-intensive*.

e) *Profissionalização da estrutura e autonomia das lideranças*: estratégias e campanhas eleitorais foram entregues a especialistas em *marketing* (HUNTER, 2007a e 2008; RIBEIRO, 2008), e um *think-tank*, o Instituto Cidadania, foi criado para elaborar políticas públicas longe da influência direta do partido. Essas características organizacionais representaram, de certa maneira, um processo de autonomização das lideranças petistas, que deixaram de submeter questões ligadas ao processo eleitoral mais amplo ao conjunto de militantes (HUNTER, 2008; MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

f) *Flexibilização da política de alianças*: na década de 1990, o PT gradualmente abriu-se para alianças políticas tanto durante as campanhas eleitorais quanto no exercício de governos estaduais e municipais. Em 2002, o partido fez uma concessão importante, pela primeira vez em uma eleição presidencial, ao realizar uma aliança formal com o Partido Liberal (PL), uma pequena agremiação de centro-direita com a qual possuía pouca afinidade ideológica. Além disso, naquela campanha, o PT esforçou-se por aproximar-se de empresários antes refratários ao partido (HUNTER, 2008; MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

Para concluirmos esta breve descrição, é necessário matizar o grau das transformações pelas quais passou o PT. Apesar das muitas alterações, o partido manteve também algumas das características que o fizeram ser apontado como uma novidade e uma exceção. No início do século XXI, embora com uma proposta mais moderada, ainda era o mais programático dos grandes partidos brasileiros e apresentava níveis de coesão, disciplina e lealdade bastante elevados (HUNTER, 2008). Do ponto de vista organizacional, apesar da maior autonomia das lideranças, manteve a dinâmica participativa, o envolvimento das bases em processos decisórios internos e continuou contando com a proximidade de centrais sindicais e movimentos sociais (MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

Embora não seja o objetivo principal deste estudo, algumas considerações a respeito das transformações petistas devem ser feitas para o melhor entendimento dos efeitos do Governo Federal sobre o partido entre 2003 e 2008. Começamos pela avaliação crítica da literatura mencionada anteriormente. O trabalho de Ribeiro (2008) é muito bem documentado e gira em torno de duas dimensões de análise: funcional e organizativa. Para o autor, o PT seguiu o caminho da socialdemocracia europeia, adquirindo características inequívocas de partido ‘profissional-eleitoral’, como qualificado por Panebianco (2005), e tornou-se cada vez mais dependente do Estado, aproximando-se também do modelo de ‘partido cartel’ proposto por Katz e Mair (1995).

Embora não discordemos do sentido das transformações descritas por Ribeiro, acreditamos que é necessário mais cuidado no tratamento da relação Estado/partido. Não existem dados que comprovem, por exemplo, que são os cargos públicos que permitem que a maioria dos militantes petistas se dedique exclusivamente às atividades políticas (RIBEIRO, 2008, p. 317). Os *surveys* com as lideranças intermediárias do partido mostram, inclusive, uma redução na porcentagem de delegados que ocupavam cargos eletivos ou de confiança entre 1997 e 2007 (Tabela 1). A suposta correlação inversa entre ‘profissionalização no Estado’ e militância social também merece tratamento mais apurado. Para Ribeiro, a maior inserção do partido na esfera estatal levou os militantes petistas a ‘abandonarem’ os movimentos sociais (RIBEIRO, 2008, p. 164-165). No entanto, os dados obtidos junto às lideranças intermediárias não embasam esta afirmação. Entre 2001 e 2007, há uma estabilidade tanto na porcentagem de lideranças intermediárias que atuavam em movimentos sociais (cerca de 70%) quanto na de ocupantes de cargos eletivos e de confiança

que também participavam de movimentos sociais (cerca de 65%), sugerindo uma dupla atividade (Tabela 2).

Tabela 1 – Tipo de profissionalização política (%)

	1997 11º EN	2001 12º EN	2006 13º EN	2007 III CN
Não é profissionalizado	31	25,6	51,7	59,1
Cargo eletivo no Executivo/Legislativo	19	23,7	14,8	15,9
Cargo de confiança no Executivo/Legislativo	21	29,6	24,5	18,5
Profissionalizado pelo PT (dirigente ou assessor)	7	9,7	4,7	3,4
Militante profissionalizado pela tendência	2	2,1	0,3	0,4
Profissionalizado por movimento social	9	2,1	2,7	0,9
Outras atividades	-	2,3	0,5	1,8
Sem resposta	-	4,9	0,7	0,1
N	(187)	(431)	(864)	(775)

Fontes: FPA (1997); Delegados-PT/FPA (2001; 2006 e 2007).

Tabela 2 – Participação em movimentos ou organizações sociais (%)

	2001 12º EN	2006 13º EN	2007 III CN
Delegados	69,2	71,9	70,9
Ocupantes de cargos de confiança ou eletivos	64,8	66,2	65,4
N	(431)	(864)	(385)

Fontes: Delegados-PT/FPA (2001; 2006 e 2007).

Outro ponto que merece destaque no trabalho de Ribeiro (2008) é a adoção do modelo elaborado por Panebianco (2005) para explicar as transformações do PT. Um primeiro problema que surge com a adoção *tout court* desse modelo é que ele leva o autor a concluir que “a evolução do PT em menos de três décadas reproduz, com poucas nuances, o desenvolvimento que a socialdemocracia europeia teve em cerca de um século” (RIBEIRO, 2008, p. 320). Como mostramos em outro trabalho, a comparação do PT com a socialdemocracia europeia precisa ser um pouco mais relativizada, pois o PT nunca precisou romper com os referenciais da esquerda marxista e sempre teve seu projeto associado às perspectivas da democracia (MENEGUELLO e AMARAL, 2008). Além disso, ao afirmar que o PT transitou claramente de um modelo de ‘partido de massa’ para um modelo ‘profissional-eleitoral’, o

autor assume a existência de uma tendência homogeneizante na evolução dos partidos políticos e acredita, de certa forma, na unidirecionalidade das transformações petistas, deixando de reconhecer que os partidos podem responder de formas diferentes aos incentivos externos (e às mudanças neles), como a competição eleitoral e o ambiente institucional em que estão inseridos (WARE, 1996; WOLINETZ, 2002; KROUWEL, 2006).

À primeira vista, os trabalhos de Samuels (2004) e Hunter (2007a e 2008) apresentam uma contraposição na análise das transformações petistas. No entanto, é possível tratá-los como complementares. Ambos reconhecem a importância tanto de fatores endógenos quanto exógenos para explicar as transformações petistas. Samuels prefere enfatizar elementos internos ao partido como fundamentais para entender as transformações e mostra como a sobreposição de uma visão mais pragmática por parte da militância e da liderança levou o PT a trilhar o caminho da ‘moderação ideológica’ a partir da segunda metade da década de 1990 (SAMUELS, 2004, p. 1001). Para o autor, o número de militantes com uma postura mais pragmática aumentou nos anos 1990 devido às experiências de governo do partido no plano subnacional e à moderação na estratégia e objetivos de sindicatos e movimentos sociais, importantes componentes da base petista. Essa mudança na militância articulada às regras de democracia interna do partido forneceu a flexibilidade necessária para que a direção conseguisse conduzir o partido para um posicionamento ideológico mais próximo do centro do espectro político (SAMUELS, 2004). Hunter (2007a) combina uma abordagem que mescla Escolha Racional Institucionalista e Institucionalismo Histórico e prefere ressaltar fatores externos ao partido como os principais indutores da mudança. Segundo a autora, o cenário econômico global dos anos 1990 tornou praticamente impossível combinar competitividade eleitoral e uma posição contrária a reformas pró-mercado. Além disso, um ambiente político composto por um eleitorado e um sistema partidário fragmentado produziu um forte incentivo para que o partido moderasse suas posições para finalmente vencer as eleições presidenciais.

Acreditamos que os trabalhos sejam complementares por destacarem importantes fatores explicativos para a compreensão das transformações petistas. Hunter (2007a e 2008) parece correta ao ressaltar aspectos externos ao partido como determinantes de mudança, mas Samuels (2004) fornece a

chave explicativa para o *timing* da mudança e para a consolidação do grupo mais moderado na liderança partidária a partir de 1995, aspecto fundamental para entendermos o ritmo razoavelmente acelerado das transformações.

Como não é possível tratarmos de todas as nuances das transformações do PT neste espaço, propomos, ainda que de maneira preliminar, uma interpretação que busque unificar as abordagens acima e trazer algumas novidades teóricas para o estudo do caso petista. Partimos de um modelo de análise que deriva dos trabalhos de Strom (1990), Harmel e Janda (1994), Muller e Strom (1999) e Wolinetz (2002) e está baseado na distinção entre três tipos ideais de partidos: *policy-seeking*, *vote-seeking* e *office-seeking*. Embora apresente problemas de operacionalização por ter sido desenvolvido prioritariamente para a análise de comportamento dos partidos políticos e para ambientes parlamentaristas, acreditamos que este modelo apresenta vantagens que justificam a sua utilização ao caso petista: a) é mais flexível e não aponta um sentido único na evolução das agremiações. Os partidos podem caminhar em sentido a um tipo ideal ou a outro ao longo do tempo e sob diferentes circunstâncias; b) permite a compreensão dos partidos como organizações que podem possuir características de mais de um tipo ideal em vários graus; c) possibilita o estudo da disputa interna de poder. É possível usar a mesma classificação para analisar os grupos internos e como eles influenciam o partido; d) com o refinamento da operacionalização, permite a análise tanto do comportamento quanto da organização das agremiações; e e) com definições claras e boas medidas operacionais, é possível comparar partidos em diferentes lugares e contextos.

O tipo de partido *policy-seeking* é aquele que possui programas bem definidos, ideologias articuladas e que busca remodelar a agenda política com o objetivo de realizar mudanças substantivas em uma série de áreas. Geralmente, o partido dá mais prioridade às suas ideias e programa do que às eleições. No aspecto organizacional, conta com intensa participação de filiados/ativistas na vida partidária e com uma infraestrutura de apoio para o desenvolvimento de políticas. O tipo *vote-seeking*, por sua vez, é aquele cujo principal objetivo é vencer eleições. Seu programa é mais maleável e pode ser mais facilmente alterado para maximizar as possibilidades de vitória eleitoral. O nível de envolvimento dos filiados na vida partidária é baixo, a estrutura partidária não é grande e as campanhas eleitorais são altamente

profissionalizadas. Já o partido *office-seeking* é aquele que prioriza participar do governo, pois desta participação muitas vezes depende a sua própria sobrevivência. Evita comprometimentos programáticos que dificultem alianças políticas e busca conseguir votos suficientes para participar de coalizões governamentais. Seus membros ocupam – ou buscam ocupar – cargos públicos e disputam acesso aos recursos provenientes do Estado (MULLER e STROM, 1999; WOLINETZ, 2002).

Com base na descrição feita anteriormente das transformações do PT, é possível concluir que o partido estava, nos anos 1980, muito próximo ao tipo *policy-seeking* e que, ao longo dos anos 1990, se transformou em um híbrido, tanto com características de uma agremiação *policy-seeking*, quanto de *vote-seeking*. Com relação à natureza das transformações petistas, concordamos com a análise de que tanto fatores endógenos quanto exógenos, como aponta a literatura sobre partidos políticos (HARMEL e JANDA, 1994; KATZ e MAIR, 1995; PANEBIANCO, 2005), contribuíram para que elas acontecessem. Seguindo as pistas indicadas por Samuels (2004) e Hunter (2007a e 2008), três variáveis externas podem ser apontadas como as principais causas de mudança: a) *Competição Eleitoral*; b) *Natureza do Sistema Político Brasileiro*; e c) *Amplas Mudanças Ambientais*. Há, também, uma variável interna: d) a *Consolidação dos Moderados na Liderança Partidária*. Criada pela ação das outras três variáveis, esta última variável é fundamental para entendermos por que o partido passa a apresentar traços mais claros do tipo *vote-seeking* apenas a partir de 1995.

Com relação à primeira variável (a), é necessário destacar que especialmente as derrotas nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 para candidatos com projetos alternativos e de marcado viés neoliberal serviram como combustível para a moderação ideológica (HUNTER, 2007a). A necessidade de travar batalhas eleitorais contra partidos com estruturas de campanha altamente profissionalizadas também fizeram com que o PT gradualmente se distanciasse do modelo *labour-intensive*, aproximando-se de um padrão *capital-intensive* (RIBEIRO, 2008). Dados coletados junto às lideranças intermediárias petistas também mostram os efeitos da competição eleitoral sobre o partido. Perguntados se o PT mudou sua forma de fazer política, 90,3% dos delegados presentes ao 13º EN do partido, em 2006, responderam afirmativamente. Destes, 34% concordaram com a

afirmação de que a mudança foi uma “estratégia necessária para o partido ganhar a Presidência da República” (DELEGADOS-PT/AUTOR, 2006). Em uma pergunta aberta realizada com os delegados no III CN, em 2007, 14% dos respondentes vincularam as mudanças petistas a derrotas em eleições presidenciais (DELEGADOS-PT/FPA, 2007).

A natureza do sistema político brasileiro (b), caracterizado pela fragmentação partidária e composto por agremiações fracas e pouco institucionalizadas (MAINWARING, 1999; AMES, 2001), produziu também um forte incentivo para as mudanças petistas. Para comandar prefeituras e governos estaduais, nos anos 1990, o PT teve que flexibilizar suas propostas e construir alianças políticas para resolver problemas administrativos concretos (AMARAL, 2003; SAMUELS, 2004).

As amplas mudanças ambientais (c) a que nos referimos estão ligadas ao avanço das políticas neoliberais na América Latina. Dois pontos aqui merecem destaque. As reformas estruturais pró-mercado implantadas no Brasil a partir dos anos 1990 levaram a uma posição mais defensiva de sindicatos, importante base de apoio petista, que acabaram optando por uma estratégia de negociação no lugar de priorizar o conflito (SAMUELS, 2004). Além disso, ficou cada vez mais clara, como observa Hunter (2007a), a dificuldade em combinar ampliação da base eleitoral com propostas econômicas estatizantes. Uma evidência foi a incapacidade do partido em articular, nas eleições presidenciais de 1998, uma crítica consistente e de grande apelo popular ao Plano Real e à estabilização macroeconômica produzida no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

As três variáveis exógenas acima passaram a influenciar o partido pelo menos desde o início dos anos 1990. No entanto, por que a maioria dos analistas aponta o ano de 1995 e a segunda metade da década de 1990 como o momento de consolidação das transformações petistas (SAMUELS, 2004; HUNTER, 2007a e 2008; RIBEIRO, 2008; MENEGUELLO e AMARAL, 2008)? Para respondermos a esta pergunta recorreremos à quarta variável (d): a *Consolidação dos Moderados na Liderança Partidária*. Em 1995, o grupo com posições mais pragmáticas assumiu a liderança do PT de forma inquestionável, aproximando-o do tipo de partido *vote-seeking*. Nosso argumento é o de que as variáveis a, b e c, entre 1990 e 1995, levaram a uma nova correlação interna de forças, permitindo a flexibilidade mencionada

por Samuels (2004) e a reorientação dos rumos do PT. Por sua vez, os novos caminhos adotados fizeram com que o partido ficasse ainda mais suscetível à influência das variáveis exógenas, definindo os contornos e o ritmo do processo de transformação partidária.

As mudanças do partido resultaram no aumento da inserção institucional do PT. Em 2002, além de eleger o Presidente da República, o partido conquistou o maior número de vagas na Câmara dos Deputados (17,7%) e ocupou o maior número de cadeiras nas assembleias legislativas estaduais (13,9%), algo inédito na sua história. Além disso, o PT viu um crescimento nos níveis de identificação com o eleitorado, subindo de cerca de 5% em 1989 para cerca de 20% em 2003. Como argumenta Samuels, “o pragmatismo do partido andou de mãos dadas com o crescimento de seu apoio” (SAMUELS, 2008b, p. 315).

O PT e o Governo Lula

Em janeiro de 2003, o PT deparou-se com um diferente ambiente institucional: o de partido governante na esfera federal. Os efeitos desse novo ambiente sobre o partido são objeto de análise desta seção, que está dividida em duas partes: na primeira, avaliamos como a nova posição institucional do partido acelerou seu processo de acomodação a uma postura mais moderada ideologicamente e mais adaptada às imposições do sistema político brasileiro. Aqui, prestaremos especial atenção à formação do governo, ao ‘escândalo do mensalão’ e ao debate programático dentro do partido. Na segunda parte, avaliamos os limites desse processo de acomodação e nos concentramos na correlação interna de forças, no desenho institucional petista e na importância da formação da agremiação como fatores de inibição a uma maior aproximação ao modelo *vote-seeking* de partido.

A adaptação ao exercício do Governo Federal

Ao chegarem ao Palácio do Planalto, Lula e o PT defrontaram-se com um problema típico da combinação entre um sistema partidário fragmentado e o regime presidencialista: a necessidade de construir alianças para governar, o ‘presidencialismo de coalizão’ (ABRANCHES, 1988). No Brasil, desde 1990, o partido do presidente nunca obteve mais de 25% dos assentos na Câmara dos Deputados. Em 2003, o PT e seus aliados na

eleição presidencial de 2002 (PL, PC do B, PMN e PCB) contabilizavam apenas 25,3% dos deputados federais. Uma das maneiras de obter apoio e construir a coalizão é dividir o governo, distribuindo ministérios para os partidos aliados, em um processo de negociação sempre delicado. No caso de Lula, havia ainda um outro complicador: diferentemente de todos os presidentes que o antecederam no período pós-ditadura militar, Lula foi eleito por um partido forte, institucionalizado, marcado por divisões internas e que passara toda a sua existência na oposição. O primeiro gabinete do governo petista (01/03-01/04) traduziu esta dupla dificuldade: interpartidária e intrapartidária. Para tentar manter a unidade e o apoio do PT, o governo concedeu 20 dos 33 ministérios ao partido (61%). A pressão petista por ocupar o maior número possível de pastas foi uma das responsáveis pela decisão de compor um gabinete altamente fragmentado e sem nenhum outro grande partido na base formal de sustentação do governo (PALERMO, 2005; AMORIM NETO, 2007; HUNTER, 2007b; SAMUELS, 2008a; PEREIRA, POWER e RAILE, 2009). O PMDB, com 14,4% dos assentos na Câmara, foi deixado de fora. Outros sete partidos foram contemplados (PSB, PDT, PPS, PC do B, PV, PL e PTB) com uma pasta cada. O saldo final desta composição foi uma base de apoio frágil (49,3% de apoio nominal na Câmara) e incapaz de garantir automaticamente vitórias no Congresso. Mesmo assim, o governo conseguiu aprovar a Reforma da Previdência, contando com o apoio do PMDB e de setores da oposição (PFL-DEM/PSDB).

No segundo gabinete (1/04-7/05), o Governo Lula incorporou o PMDB, que passou a contar com dois ministérios. Apesar da maioria nominal na Câmara (62%), o desequilíbrio na distribuição das pastas e cargos públicos permaneceu, gerando insatisfação na base governista (AMORIM NETO, 2007; HUNTER, 2007b; PEREIRA, POWER e RAILE, 2009). Essa insatisfação ficou evidente com a eclosão do ‘escândalo do mensalão’, em junho de 2005. Detonado pelo deputado do PTB, Roberto Jefferson, o escândalo consistia na denúncia de que o governo e o PT comandavam um esquema de suborno a deputados federais para garantir apoio ao governo. Durante a apuração das denúncias, o tesoureiro petista, Delúbio Soares, admitiu que o PT contava com um esquema de financiamento ilegal – ‘caixa dois’ – de campanhas eleitorais do partido e de agremiações aliadas. Como conse-

quência do escândalo e do avanço das investigações, importantes figuras do PT foram afastadas de seus cargos no partido e no governo. O ministro chefe da Casa Civil e principal articulador político do governo até então, José Dirceu, pediu demissão. José Genoíno abandonou a presidência do PT, e Delúbio Soares e Silvio Pereira foram afastados da Executiva Nacional do partido. O ‘escândalo do mensalão’ detonou a mais grave crise interna da história do PT e abalou um dos pilares de sustentação do partido: a defesa da ética na política.

Embora ligados, a formação do Governo Lula e o ‘escândalo do mensalão’ merecem análise separada na sua influência sobre o PT. As dificuldades na construção do governo exerceram forte pressão sobre o partido e aceleraram o processo de flexibilização do programa e da política de alianças iniciado nos anos 1990. No segundo mandato do presidente Lula, o partido adotou uma posição menos intransigente com relação à composição do gabinete, o que tornou mais fácil a adoção de uma estratégia de coalizão mais inclusiva e menos monopolística por parte do governo (PEREIRA, POWER e RAILE, 2009). Em setembro de 2007, no III Congresso Nacional, o partido afirmou a necessidade de aperfeiçoar e ampliar a base de sustentação do governo (PT, 2007, p. 49) e reconheceu o erro de não ter fechado uma aliança com o PMDB ainda no início de 2003 (PT, 2007, p. 104). Os dados coletados junto aos delegados do partido também nos mostram que há, entre as lideranças intermediárias, o reconhecimento da necessidade de uma aproximação política formal entre o PT e o PMDB. Durante o III Congresso, perguntados para apontarem os partidos com os quais o PT deveria se aliar para as eleições presidenciais de 2010, o PMDB foi o terceiro partido mais citado, com 61%, ficando atrás apenas dos tradicionais parceiros PC do B (87,7%) e PSB (79%). Em 1997, apenas 15% dos delegados presentes ao 11º Encontro Nacional defenderam uma aliança com o PMDB para as eleições presidenciais de 1998. Além disso, o gradiente ideológico parece não ser mais um determinante para a escolha de aliados por parte dos delegados. Em 1997, os sete partidos mais mencionados poderiam ser apontados como localizados à esquerda do espectro político. Em 2006 e 2007, dois partidos à direita, PL/PR e PTB, apareceram também entre os mais citados (Tabela 3). O apoio da maioria dos delegados à construção de um compromisso eleitoral formal com um grande partido que não está no campo da esquerda

e o avanço no número dos que defendem alianças com partidos de direita são bons indicativos do reconhecimento da necessidade de uma política de alianças e um programa mais flexíveis, capazes de lidar com as pressões exercidas pelo sistema político brasileiro.

Tabela 3 – Preferência partidária para alianças eleitorais no plano nacional (%)

Partidos	1997 11º EN	2006 13º EN	2007 III CN
PC do B	91	82,8	87,7
PCB	85	9,4	-
PDT	77	22,9	55,1
PSB	76	76,7	79
PSTU	79	2,4	-
PV	68	11,7	27,4
PPS	57	7,1	9
PMN	47	3,2	-
PMDB	15	54,5	61
PTB	2	24,8	20,3
PSDB	2	0,8	1,3
PL/PR	2	40,4	27,2
PPB/PP	1	4,7	-
PFL/DEM	1	0,5	0,5
PSOL	-	7,5	8,7
Outros	3	7,3	11,5
N	(187)	(864)	(390)

Fontes: Delegados-PT/FPA (2006 e 2007) e FPA (1997).

O ‘escândalo do mensalão’, por sua vez, revelou a face *vote-seeking* petista. A maior ênfase nas disputas eleitorais deixou o PT mais suscetível a práticas antes restritas aos outros grandes partidos brasileiros. A necessidade de obter mais recursos financeiros para as dispendiosas campanhas eleitorais abriram o PT para os esquemas ilegais de financiamento de campanha (HUNTER, 2007b). Como sentenciou o presidente Lula durante o ‘escândalo do mensalão’, “o que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente”². O escândalo mostrou ainda o alto grau

² “Lula: PT tem de explicar seus erros”. *O Globo*, 18 de julho de 2005.

de autonomização das lideranças petistas no governo, reunidas em torno do grupo moderado Campo Majoritário, e a consequente desvalorização da base partidária (MORAES, 2005; MENEGUELLO & AMARAL, 2008; RIBEIRO, 2008). Acordos com outras legendas eram feitos informalmente sem consulta às bases do partido, que também perderam o controle sobre as finanças petistas. Se os problemas durante a formação do governo levaram a uma maior moderação na estratégia política do PT, o ‘escândalo do mensalão’ provocou um forte debate a respeito da correlação interna de forças e uma avaliação crítica das relações governo/partido, sugerindo limites na aproximação ao modelo *vote-seeking*. Sobre isto, trataremos mais detalhadamente na próxima parte desta seção.

No aspecto programático, os primeiros anos do Governo Lula significaram uma forte pressão sobre o PT para uma moderação ainda maior nas suas posições. A manutenção de uma política econômica ortodoxa, com elevados superávites primários e taxas de juros, assim como a ampliação da autonomia do Banco Central, marcaram uma posição de continuidade com os ajustes pró-mercado do período FHC. Embora não representasse uma ruptura com o posicionamento do partido durante a campanha presidencial de 2002, as políticas adotadas pelo governo provocaram uma forte reação entre membros mais radicais da legenda e elevaram a tensão interna. O primeiro racha no PT durante o Governo Lula aconteceu ainda em 2003, quando da aprovação da Reforma da Previdência. Durante o governo FHC, o PT havia sido um forte opositor a qualquer tentativa de modificação na estrutura previdenciária. No governo, porém, a cúpula petista mudou de posição e apoiou a proposta enviada pelo Executivo que, entre outras determinações, elevava a idade mínima para a aposentadoria e estabelecia a contribuição de 11% para os servidores públicos inativos sobre a parcela que excedesse R\$ 1.058. A reforma da previdência era mais um claro sinal pró-mercado do governo e da cúpula do partido (HUNTER, 2008). Durante a tramitação da proposta, parlamentares petistas criticaram abertamente o governo e a liderança do partido, acusando-os de traírem as bandeiras históricas da legenda. Três deputados (Luciana Genro, João Batista e João Fontes) e uma senadora (Heloísa Helena) votaram contra a proposta e foram punidos pelo Diretório Nacional com a expulsão do PT, em dezembro de 2003. Os descontentes com os rumos do partido reuniram-se em torno dos

parlamentares expulsos e fundaram o PSOL, em junho de 2004. A opção pela punição foi fruto da decisão do partido, comandado pelo grupo mais moderado, em seguir no seu processo de adaptação a uma postura mais flexível, programática e ideologicamente, e um claro recado às facções mais radicais de que a independência parlamentar não seria tolerada.

A saída de membros contrários às transformações pelas quais passou o partido não encerrou o debate em torno das mudanças programáticas petistas. Ocorrido em meio ao ‘escândalo do mensalão’, o PED realizado no segundo semestre de 2005 para escolha de dirigentes petistas em todos os níveis (zonal, municipal, estadual e nacional) foi marcado pela crítica aos rumos que o partido tomou a partir da consolidação dos moderados no poder, em 1995, e à política econômica do Governo Federal. Seis dos sete candidatos à presidência do PT fizeram duras críticas à condução da economia durante a Administração Lula. O único a defender o governo foi Ricardo Berzoini, candidato pela chapa Construindo um Novo Brasil (CNB), herdeira do Campo Majoritário. A eleição, da qual participaram todos os filiados em dia com as contribuições estatutárias, foi muito disputada e resultou, como veremos adiante, na perda da maioria automática na direção do partido por parte do grupo que comandava o PT desde 1995. No entanto, Berzoini foi eleito presidente, e a esquerda petista não conseguiu maioria no Diretório Nacional (Tabela 4). O resultado das eleições levou a um segundo racha na agremiação. Membros históricos do PT, como Plínio de Arruda Sampaio, deputados federais da esquerda petista (Ivan Valente, Chico Alencar, Maninha e Orlando Fantazzini) e mais 400 militantes deixaram o partido e ingressaram no PSOL. Ao justificar sua saída, Sampaio afirmou:

Apesar das negativas dos atuais dirigentes, a verdade é que o partido se rendeu ao neoliberalismo. Não foi, como se alega, uma tática de transição. Lula e a cúpula petista convenceram-se de que a receita neoliberal de estabilidade do mercado a qualquer custo, de abertura comercial, de terceirização e de privilégios aos investidores estrangeiros é o melhor que se pode fazer para o Brasil (SAMPAIO, 2005, p. 3).

Tabela 4 – Resultado das eleições diretas (PEDs) para o Diretório Nacional (DN)^a

	Esquerda				Centro			Direita
PED 2001	Partido cumpra o mandato (OT)	Um novo mundo é possível (DS)	Socialismo ou barbárie (AE-FS-APS)	Movimento PT	PTLM	Socialismo democrático	Um outro Brasil é possível (CM)	
	2%	14,75%	15,74%	8%	4,96%	2,93%		
	32,49%				15,89%			51,62%
PED 2005 ^b	Terra, trabalho e soberania (OT)	Esperança militante (Bloco de Esquerda)	Coragem de mudar (DS)	A esperança é vermelha (AE)	Movimento PT	Socialismo e democracia (PTLM)	O Partido que muda o Brasil	Construindo um novo Brasil (Ex CM)
	1,9%	9,1%	12,2%	11,8%	11,5%	5,8%	3,1%	
	35%				20,4%			41,9%
PED 2007 ^c	Terra, trabalho e soberania (OT)	Programa operário e socialista	Militância socialista	A esperança é vermelha (AE)	Partido é pra lutar (PTLM-MPT-NR)	Mensagem ao partido (DS-Ex CM)	Construindo um novo Brasil (Ex CM)	
	1,23%	0,61%	4,89%	11,76%	19,42%	16,87%		
	18,49%				36,29%			42,58%

Obs.: **a)** Relação de tendências: AE (Articulação de Esquerda); APS (Ação Popular Socialista); CM (Campo Majoritário); DS (Democracia Socialista); FS (Força Socialista); MPT (Movimento PT); NR (Novos Rumos para o PT); OT (O Trabalho); PTLM (PT de Luta e de Massas). **b)** Não foram incluídas neste quadro as chapas Brasil Agarra Você (0,9%), composta apenas por petistas do estado do Ceará, e Movimento Popular (1,8%), ligada à Central de Movimentos Populares. **c)** Não foram incluídas neste quadro as chapas Democracia pra Valer (1,16%), ligada ao Movimento Negro Setorial de Combate ao Racismo do PT, e Movimento Popular (1,48%).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Ribeiro (2008) e PT (2005).

A partir do PED 2005, a tensão interna com relação às transformações programáticas e as críticas ao governo diminuíram, sugerindo uma acomodação à postura mais próxima do centro do espectro político por parte dos próprios militantes petistas, como nos mostram os dados obtidos junto às lideranças intermediárias no 13º EN do partido, em 2006. Ao qualificarem o Governo Lula em quatro áreas de atuação (Política, Economia, Política Social e Política Externa), os delegados não se mostraram insatisfeitos com nenhuma delas. Mesmo desagregando os dados pela autolocalização no espectro esquerda-direita, a porcentagem de delegados que qualificaram

a atuação do governo como Boa/Muito Boa foi sempre superior à dos que responderam Ruim/Muito Ruim (Tabela 5). O PED 2007, diferentemente do que acontecera dois anos antes, foi muito menos marcado por críticas ao Governo Federal. Ricardo Berzoini, Jilmar Tatto e José Eduardo Cardoso, os três candidatos a presidente mais votados no primeiro turno, encabeçaram chapas que defenderam a administração federal. Juntos, obtiveram cerca de 83% dos votos válidos.

Tabela 5 – Avaliação do Governo Lula no 13º EN (%)

	Política	Economia	Pol. Externa	Pol. Social
	B-MB/R-MR	B-MB/R-MR	B-MB/R-MR	B-MB/R-MR
Delegados	48,2 / 17,1	69,2 / 9,2	95,4 / 1,8	81 / 2,5
N	(286)	(285)	(284)	(284)
Delegados/Esquerda	44,8 / 18,9	60,9 / 13,6	94,5 / 2,7	78,2 / 3,2
N	(185)	(184)	(183)	(184)

Obs.: Pergunta: Como você qualifica a atuação do Governo Lula nas seguintes áreas? Política, Economia, Política Externa e Política Social. Respostas possíveis: Muito Ruim (MR), Ruim (R), Regular, Boa (B) e Muito Boa (MB). A autolocalização no espectro esquerda-direita possuía cinco alternativas: Esquerda, Centro-Esquerda, Centro, Centro-Direita e Direita. Aqui, consideramos só os que se autolocalizaram na categoria Esquerda e responderam à pergunta.

Fonte: Delegados-PT/Autor (2006).

No segundo mandato de Lula, o PT parecia muito mais acomodado programaticamente a uma postura de centro-esquerda, o que reduziu um pouco os atritos com o Governo Federal. Não houve ruptura com o caminho adotado desde 1995, mas uma aceleração neste processo. Um interessante indicador dessa aceleração é o posicionamento ideológico do PT por parte da elite política, conforme indicado nas pesquisas realizadas por Power junto ao Congresso brasileiro de 1990 a 2005. Entre 1990 e 2001, em uma escala em que 1 significa esquerda e 10, direita, o posicionamento do partido apontado pelos congressistas que não pertenciam ao PT variou de 1,51 para 2,27. Já entre 2001 e 2005, a variação foi muito mais forte, e o posicionamento da legenda atingiu 3,93. É interessante notar que a posição que o PT ocupava em 2005 era muito parecida à que possuía o PSDB em 1990 (3,98) (POWER, 2008; POWER e ZUCCO, 2009).

A resistência ao processo de adaptação

As tensões relativas à formação do governo e o ‘escândalo do mensalão’ abalaram a estrutura interna petista. Sob o ataque dos adversários políticos

e a visível queda nos níveis de preferência do eleitorado, o partido iniciou um intenso processo de discussão sobre a sua história recente, seu programa, sua organização e a distribuição interna de poder. Esse processo foi canalizado pelos debates que antecederam as eleições internas (PED) de 2005. Dominado pelas discussões a respeito das transformações do partido e sua relação com o Governo Federal, o PED 2005 foi um evento bastante singular na política brasileira. O PT é o único grande partido do país em que os filiados escolhem diretamente a direção partidária em todos os níveis. Esta característica institucional e a crise política pela qual passavam o governo e o próprio PT fizeram com que o PED ganhasse uma projeção inédita na história política brasileira. Os meios de comunicação cobriram o processo de forma intensa e, dois dias antes da eleição, uma rádio noticiosa transmitiu o último debate envolvendo os candidatos à presidência do PT em cadeia nacional.

Além das disputas sobre temas programáticos, que tratamos anteriormente, o PED girou em torno de questões organizativas. Dez chapas – um recorde na história do PT – participaram da eleição para o Diretório Nacional (DN), composto por 81 membros eleitos de forma proporcional (Tabela 4). Com importantes líderes envolvidos no ‘escândalo do mensalão’, o Campo Majoritário e a sua dominância sobre o partido a partir de 1995 foram os principais alvos das chapas adversárias. A autonomia das lideranças, a independência do grupo no poder e o distanciamento das bases partidárias foram apontados como desvios da tradição e história petistas que deveriam ser corrigidos. Até mesmo Ricardo Berzoini, candidato da situação, reconheceu a necessidade de discutir a recomposição interna de forças³⁷.

Em 18 de setembro de 2005, cerca de 315 mil filiados foram às urnas em 3.651 municípios. O nível de comparecimento foi de 40,7%, significando um avanço de 14 pontos percentuais com relação ao PED 2001, quando cerca de 227 mil petistas votaram. Nas eleições para presidente do partido, Ricardo Berzoini, com 42% dos votos válidos, e Raul Pont, da tendência de esquerda Democracia Socialista, com 14,7%, foram para o segundo turno. Na disputa entre os dois, mesmo com a união dos grupos de esquerda em torno de Pont, Berzoini venceu com 51,6% dos votos válidos, em uma eleição que contou com a presença de 230 mil filiados.

³⁷ “Eleição não é acerto de contas, diz Berzoini”. *Folha de S. Paulo*, 18 de setembro de 2005; “Berzoini admite perda da maioria”. *Folha de S. Paulo*, 21 de setembro de 2005.

Apesar da vitória de Berzoini no segundo turno, a eleição para o DN representou o fim da maioria automática do grupo que dominava o partido. A chapa Construindo um Novo Brasil ficou com 41,9% dos votos, perdendo dez pontos percentuais com relação ao PED 2001. Outras quatro chapas obtiveram entre 9,1% e 12,2% dos votos. Os radicais conquistaram 35% dos votos, enquanto o ‘centro’ petista, composto por grupos moderados ideologicamente, mas críticos à dominância do Campo Majoritário, como PT de Luta e de Massas (PTLM) e Movimento PT, apresentaram crescimento (PT, 2005) (Tabela 4).

Os resultados do PED mostraram, apesar de algumas denúncias de práticas clientelistas, como o pagamento de contribuições e transporte de filiados, um significativo vigor de participação de base (MENEGUELLO e AMARAL, 2008). O número de militantes que compareceu às urnas, em meio à mais grave crise da história do partido, conferiu ao processo um alto grau de legitimidade. O PED 2005 também ofereceu um canal de discussão aberto entre as várias tendências do PT sobre a relação governo/partido durante a Administração Lula e a possibilidade de correção de rumos. Os resultados que saíram das urnas indicaram que os petistas optaram por uma ‘renovação conservadora’⁴ no partido: concordavam com a moderação ideológica e programática do PT, mas estavam descontentes com a direção da legenda e sua postura autônoma e desvinculada das bases partidárias.

O PED 2007 confirmou a tendência estabelecida dois anos antes. Sete candidatos disputaram a presidência do PT, nove chapas concorreram ao DN, e cerca de 330 mil filiados (38,9% do total) participaram do processo. Ricardo Berzoini e Jilmar Tatto, ambos moderados, foram os candidatos a presidente mais bem colocados no primeiro turno com, respectivamente, 43,4% e 20,2% dos votos válidos. No segundo turno, Berzoini foi eleito com 61,41%. Na disputa para o DN, nenhuma das chapas, como em 2005, obteve maioria absoluta. As mais votadas foram as moderadas Construindo um Novo Brasil, com 42,6% dos votos válidos, e Partido é pra Lutar, com 19,4%. A novidade foi a perda de espaço entre os grupos mais radicais do partido, que receberam 18,5% dos votos (Tabela 4). Essa perda de espaço

⁴ O termo ‘renovação conservadora’ foi usado por Valter Pomar, candidato da tendência Articulação de Esquerda à presidência do PT, durante o PED 2005, para qualificar uma eventual vitória do Campo Majoritário. Ver: ‘Renúncia expõe ‘crise brutal’, afirma Pomar’. *Folha de S. Paulo*, 30 de agosto de 2005.

parece estar relacionada a três fatores: a) o bom desempenho do Governo Lula, que enfraqueceu os grupos mais críticos à administração federal; b) a saída de militantes descontentes com o partido após o PED 2005; e c) a decisão da tendência de esquerda Democracia Socialista em compor com dissidentes do Campo Majoritário o novo grupo Mensagem ao Partido, fundado no início de 2007 e que obteve 16,9% dos votos válidos. Do ponto de vista da correlação interna de forças, o surgimento deste grupo foi a grande novidade do PED 2007. Defensor do Governo Federal e posicionado ideologicamente entre a esquerda radical e o grupo Construindo um Novo Brasil, o Mensagem mostrou-se bastante crítico à forma com que o PT foi conduzido entre 1995 e 2005, apresentando-se aos filiados como uma ‘alternativa ética’ e compromissada com as bases partidárias (MENSAGEM AO PARTIDO, 2007).

Como o tom das críticas ao Governo Federal diminuiu, questões internas foram realçadas na disputa do PED 2007. Reconhecendo o recado dos militantes petistas em 2005, as cinco chapas mais votadas afirmaram a necessidade de aproximar o partido de suas bases e dos movimentos sociais, bem como restabelecer vínculos mais fortes do partido com a militância, especialmente entre os mais jovens (CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL, 2007; PARTIDO É PRA LUTAR, 2007; MENSAGEM AO PARTIDO, 2007; A ESPERANÇA É VERMELHA, 2007; MILITÂNCIA SOCIALISTA, 2007).

O segundo PED pós-‘escândalo do mensalão’ pareceu consolidar os caminhos apontados pelos filiados em 2005. A preocupação com a reconstrução de laços mais fortes com a base e em evitar a excessiva autonomia da liderança traduziu uma dupla inquietação entre os membros do partido: aumentar o grau de responsabilidade da direção perante os filiados e garantir a manutenção de processos deliberativos participativos que sempre marcaram o PT. Os dados coletados junto às lideranças intermediárias, em 2006 e 2007, confirmam essa dupla preocupação. Perguntados sobre a gravidade da crise que envolveu o partido em 2005, 65,5% dos delegados a consideraram ‘muito grave’ e 24,1%, ‘mais ou menos grave’ (DELEGADOS-PT/FPA, 2006). Já questionados para apontar o que o PT deve fazer para se fortalecer em termos de organização partidária, as seis alternativas mais citadas estavam ligadas à valorização e fortalecimento das bases do partido e de sua conexão com os movimentos sociais (Tabela 6).

Tabela 6 – O que o PT deve fazer para se fortalecer em termos de organização partidária? (Espontânea/Múltipla. Apenas as mais citadas)

	2006 13º EN	2007 III CN
Valorizar as bases	47,4	27
Capacitar mais as bases	24,4	15,7
Aproximar-se dos movimentos sociais	19,3	23,4
Fortalecer os núcleos de base	12,6	15,5
Formar novos núcleos	10,9	7,6
Investir na formação política	8,1	8,1
N	(430)	(381)

Fontes: Delegados-PT/ FPA (2006 e 2007).

No III CN, realizado com o objetivo de traçar as diretrizes políticas e organizacionais do partido para o segundo mandato do presidente Lula, o PT reafirmou seu compromisso com o socialismo e a democracia, pouco alterando o que decidira em seu I Congresso, em 1991. No entanto, considerações importantes do ponto de vista organizativo e na relação governo/partido foram feitas. Seguindo a mesma linha dos debates realizados nos PEDs 2005/2007, o documento final do encontro chamou a atenção para a necessidade de evitar que a construção de maiorias partidárias inviabilizasse o debate interno (PT, 2007, p. 89) e reconheceu o afastamento do partido de sua militância e movimentos sociais, como é possível observar na seguinte passagem:

O III Congresso Nacional do PT compreende que houve uma significativa perda do vigor no nosso diálogo com os movimentos sociais e populares, com a intelectualidade e com a nossa militância, uma fragilização do papel da juventude na construção do PT, assim como do papel dos setoriais no equilíbrio entre nossa atuação institucional e as lutas da sociedade (PT, 2007, p. 89).

Na tentativa de reaproximar o partido dos movimentos sociais, o PT decidiu revitalizar os Setoriais⁵ com o objetivo de integrar as experiências administrativas petistas em todos os níveis com a militância e os movimentos sociais. Já para se aproximar da juventude, a agremiação deliberou pela realização do I Congresso Nacional da Juventude do PT e pela construção

⁵ Segundo o estatuto do PT, os Setoriais “são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados” (PT, 2001, p. 72).

de uma estrutura no partido capaz de garantir a renovação da militância (PT, 2007, p. 110-120).

A relação governo/partido foi também objeto de avaliação crítica. Apesar de reiterar a defesa da administração Lula, o PT declarou a necessidade de adotar uma postura mais autônoma com relação ao governo, entendendo, inclusive, que a crise política teria sido fruto da subordinação da legenda à Administração Federal (PT, 2007, p. 103). Ainda durante o III CN, o partido decidiria, contra a posição da maioria dos petistas no governo e do presidente Lula, pela candidatura própria às eleições presidenciais de 2010 (PT, 2007, p. 49) e a favor de um plebiscito pela anulação da privatização da companhia mineradora Vale do Rio Doce (PT, 2007, p. 83).

Sugerimos, nesta segunda parte, que a maior acomodação petista ao modelo de partido *vote-seeking* ocorrida durante o Governo Lula encontrou limitações estabelecidas pela sua história/formação e estrutura institucional. A crescente autonomia das lideranças e a adoção de práticas políticas historicamente condenadas pelo partido provocaram um novo rearranjo interno de forças, mais plural e de acordo com as tradições democráticas do PT. Esse novo rearranjo surgiu a partir de mecanismos institucionais estabelecidos e baseados na participação dos militantes, outra marca petista. Ficaram claros também o descontentamento de parcelas significativas do partido com a perda de autonomia com relação ao Governo Federal e o distanciamento crescente na relação com os movimentos sociais, um dos pilares de sustentação do partido e um dos fatores que fez do PT uma legenda singular na história política brasileira.

Considerações finais

Antes de avançarmos nas considerações finais, é necessário lembrar as dificuldades da análise de um processo ainda em curso. O PT ainda não completou sua experiência encabeçando o Governo Federal, e mudanças devem ocorrer no partido em resposta às pressões exercidas pela disputa eleitoral durante o ano de 2010. A necessidade de construção de uma candidatura à presidência sem a presença de Lula pode representar um forte incentivo a novas configurações na disputa política interna. Um exemplo foi a reunião, no PED realizado em novembro de 2009, de três correntes moderadas (Novo Rumo, PT de Luta e de Massas e Construindo um Novo Brasil) em torno da candidatura de José Eduardo Dutra para a presidência do partido com o objetivo de assegurar o comando do PT e garantir

unidade na direção nacional durante o processo eleitoral. Dutra foi eleito com 58% dos votos válidos, e as correntes obtiveram maioria no Diretório Nacional. Como o partido e seus militantes vão reagir a essas novidades é uma questão ainda em aberto.

Quais foram os efeitos do exercício do Governo Federal sobre o PT entre 2003 e 2008? O PT durante o segundo mandato do presidente Lula é o mesmo que assumiu o governo? Estas foram as perguntas que buscamos responder neste trabalho. Não há dúvidas, como indica a literatura (HUNTER, 2007b e 2008; SAMUELS, 2008a; RIBEIRO, 2008; MENEGUELLO e AMARAL, 2008), de que o novo ambiente institucional modificou o PT. O partido que caminha para o final do Governo Lula não é o mesmo que chegou ao Planalto em 2003. No entanto, o sentido das transformações foi o mesmo do observado na segunda metade da década de 1990. Uma mudança de ritmo, mas não de direção. A partir de 2003, o partido acelerou o processo de moderação programática e ideológica. A adoção de reformas pró-mercado pelo Governo Lula levaram o PT a se aproximar ainda mais do centro do espectro político. A moderação ideológica facilitou também a construção de alianças políticas no âmbito governamental com partidos com os quais o PT possuía pouca afinidade programática. No entanto, foram as dificuldades enfrentadas na formação do governo e na construção de uma coalizão governativa estável os principais fatores que levaram o PT a flexibilizar ainda mais a sua política de alianças. Neste ponto, o partido adaptou-se definitivamente às imposições da natureza do sistema político brasileiro.

Vimos também que esse processo de adaptação e moderação do partido não aconteceu sem tensões. A construção do governo foi afetada pela resistência de grupos internos mais radicais, e a aprovação da Reforma da Previdência, bem como o ‘escândalo do mensalão’, levaram à saída de membros descontentes com os rumos do partido e à subsequente formação do PSOL, uma legenda marcada pelas críticas ao Governo Federal. Como bem afirmou Samuels, “a experiência de governar mostrou-se bastante difícil para o PT” (SAMUELS, 2008a, p. 33).

Sugerimos, porém, que o processo de aproximação petista ao modelo *vote-seeking* de partido encontrou limites estabelecidos pela história/formação do partido – seu ‘modelo genético’ (PANEBIANCO, 2005) – e por suas características institucionais. O PT continua apresentando elevados graus de coesão e disciplina, afirmando-se socialista, e cerca de 20% de

seus membros identificam-se com posturas radicais de esquerda, conforme mostrou o PED 2007. No aspecto organizativo, os militantes petistas mostraram resistência, especialmente após o ‘escândalo do mensalão’, à excessiva autonomia da liderança partidária, à subordinação do partido ao Governo Federal, às práticas contrárias à tradição de defesa da ‘ética na política’ e de democracia intrapartidária e ao distanciamento com relação aos movimentos sociais. Essa resistência deu-se, especialmente, por caminhos institucionais estabelecidos, como os PEDs e o III CN, e levaram a uma nova configuração interna de forças.

A partir das considerações feitas é possível afirmarmos que o PT ainda mantém características tanto de um modelo de partido *policy-seeking* quanto *vote-seeking* e que a sobreposição destes dois modelos deve perdurar por algum tempo. Além disso, podemos ainda afirmar que a compreensão da experiência petista no exercício do Governo Federal requer análises que privilegiem tanto as mudanças ambientais quanto a permanência de práticas e regras construídas ao longo da história da agremiação, responsáveis também por moldar o seu desenvolvimento.

Relação dos partidos citados

SIGLAS	PARTIDOS
DEM	Democratas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. 1988. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados*, v. 31, n. 1, p. 5-38.
- A ESPERANÇA É VERMELHA. 2007. “A esperança é vermelha”. Texto de apresentação da chapa A Esperança é Vermelha para o PED 2007. São Paulo: PT.
- AMARAL, Oswaldo E. do. 2003. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçonni.
- AMES, Barry. 2001. *The deadlock of democracy in Brazil: interests, identities and institutions in comparative perspective*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- AMORIM NETO, Octavio. 2007. “Algumas consequências políticas de Lula: novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa”. In: NICOLAU, Jairo & POWER, Timothy. (orgs.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: UFMG.
- CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL. 2007. “Construindo um novo Brasil: PT-PED/2007”. Texto de apresentação da chapa Construindo um Novo Brasil para o PED 2007. São Paulo: PT.
- DUVERGER, Maurice. 1980. *Os partidos políticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar/UnB.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). 1997. *Pesquisa PT – 1997: Relatório Geral*. São Paulo: FPA.
- HARMEL, Robert & JANDA, Kenneth. 1994. “An integrated theory of party goals and party change”. *Journal of Theoretical Politics*, v. 6, n. 3, p. 259-287.
- HUNTER, Wendy. 2007a. “The normalization of an anomaly: the Workers’ Party in Brazil”. *World Politics*, n. 59, p. 440-475.
- _____. 2007b. “Corrupção no Partido dos Trabalhadores: o dilema do sistema”. In: NICOLAU, Jairo & POWER, Timothy (orgs.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: UFMG.
- _____. 2008. “The workers’ party: still a party of the left?”. In: KINGSTONE, Peter & POWER, Timothy (orgs.). *Democratic Brazil revisited*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press.
- KATZ, Richard & MAIR, Peter. 1995. “Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party”. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5-28.

- KECK, Margaret E. 1991. *PT: a lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.
- KROUWEL, André. 2006. "Party models". In: KATZ, Richard & CROTTY, William (orgs.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage.
- MAINWARING, Scott. 1999. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: SUP.
- MAIR, Peter. 2001. "Searching for the position of political actors". In: LAVER, Michael (org.). *Estimating the policy position of political actors*. New York: Routledge.
- MENEGUELLO, Rachel. 1989. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ & AMARAL, Oswaldo E. do. 2008. "Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil". *BSP Occasional Papers*, nº 2-8, p. 1-25. Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0007/10051/BSP-02-08.pdf. Acessado em: 20 dez. 2009.
- MENSAGEM AO PARTIDO. 2007. "13 pontos para renovar o PT". Texto de apresentação da chapa Mensagem ao Partido para o PED 2007. São Paulo: PT.
- MILITÂNCIA SOCIALISTA. 2007. "Apresentação da chapa Militância Socialista". Texto de apresentação da chapa Militância Socialista para o PED 2007. São Paulo: PT.
- MORAES, Reginaldo. 2005. "Notas sobre o imbróglio do governo Lula, 2005". *Lua Nova*, n. 65, p. 179-202.
- MULLER, Wolfgang & STROM, Kaare (orgs.). 1999. *Policy, office or votes?: how political parties in Western Europe make hard decisions*. Cambridge University Press.
- PALERMO, Vicente. 2005. "Brasil: el gobierno de Lula y el PT". *Nueva Sociedad*, n. 192, p. 4-11.
- PANEBIANCO, Angelo. 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). 2001. *Estatuto*. São Paulo: FPA.
- _____. 2005. *PED 2005*. São Paulo: PT.
- _____. 2007. *Resoluções do 3º Congresso Nacional*. Porto Alegre: PT.
- PARTIDO É PRA LUTAR. 2007. "Manifesto da chapa Partido é pra Lutar".

- Texto de apresentação da chapa Partido e pra Lutar para o PED 2007. São Paulo: PT.
- PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy & RAILE, Eric. 2009. "Presidencialismo de coalizão e recompensas paralelas: explicando o escândalo do mensalão". In: INÁCIO, Magna & RENNÓ, Lucio (orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG.
- POWER, Timothy. 2008. "Centering democracy? ideological cleavages and convergence in the Brazilian political class". In: KINGSTONE, Peter & POWER, Timothy (orgs.). *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press.
- _____. & ZUCCO, Cesar. 2009. "Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication". *Latin American Research Review*, v. 44, p. 218-246.
- PROGRAMA OPERÁRIO E SOCIALISTA. 2007. "Programa operário e socialista". Texto de apresentação da chapa Programa Operário e Socialista para o PED 2007. São Paulo: PT.
- REIF, Karlheinz; CAYROL, Roland & NIEDERMAYER, Oskar. 1980. "National political parties' middle level elites and European integration". *European Journal of Political Research*, n. 8, p. 91-112.
- RIBEIRO, Pedro. 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese de Doutorado. São Paulo: UFScar.
- ROHRSCHEIDER, Robert. 1994. "How iron is the iron law of oligarchy?". *European Journal of Political Research*, Amsterdam, n. 25, p. 207-238.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. 2005. "Por que não mais PT?". *Folha de S. Paulo*, 27 de setembro, p. 3.
- SAMUELS, David. 2004. "From socialism to social democracy: party organization and the transformation of the workers' party in Brazil". *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 9, p. 999-1024.
- _____. 2008a. "Brazilian democracy under Lula and the PT". In: DOMINGUEZ, Jorge & SHIFTER, Michael (orgs.). *Constructing democratic governance in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- _____. 2008b. "A evolução do petismo (2002-2008)". *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 302-318.
- STROM, Kaare. 1990. "A behavioral theory of competitive political parties". *American Journal of Political Science*, v. 34, n. 2, p. 565-598.

- TERRA, TRABALHO E SOBERANIA. 2007. “Plataforma da chapa Terra, Trabalho e Soberania”. Texto de apresentação da chapa Terra, Trabalho e Soberania para o PED 2007. São Paulo: PT.
- WARE, Alan. 1996. *Political parties and party systems*. Oxford: Oxford University Press.
- WOLINETZ, Steven. 2002. “Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies”. In: GUNTHER, Richard; LINZ, Juan & RAMÓN MONTERO, José (orgs.). *Political parties: old concepts, new challenges*. Oxford: Oxford University Press.

Surveys com os delegados do PT

- AMARAL, Oswaldo E. do. 2006. “Delegados-PT/Autor”. *Survey* realizado junto aos delegados presentes no 13º Encontro Nacional do PT. São Paulo.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. 2001. “Delegados-PT/FPA”. *Survey* realizado junto aos delegados presentes no 12º Encontro Nacional do PT. Recife.
- _____. 2006. “Delegados-PT/FPA”. *Survey* realizado junto aos delegados presentes no 13º Encontro Nacional do PT. São Paulo.
- _____. 2007. “Delegados-PT/FPA”. *Survey* realizado junto aos delegados presentes no III Congresso Nacional do PT. São Paulo.

Resumo

O objetivo deste artigo é avaliar os efeitos do exercício do Governo Federal sobre a organização interna e a proposta política do PT entre 2003 e 2008. O artigo mostra que as novas pressões ambientais às quais o partido foi submetido não levaram a uma ruptura com sua história e trajetória recentes, mas aceleraram o processo de acomodação da agremiação a uma postura mais moderada ideologicamente e mais adaptada às imposições do sistema político brasileiro. O artigo mostra também que esse processo de acomodação não esteve livre de tensões e que encontrou limites determinados pela história/formação do partido e suas características institucionais.

Palavras-chave: PT; Partido dos Trabalhadores; Governo Lula; partidos políticos; Brasil.

Abstract

The aim of this article is to examine the effects of holding office in the head of the federal administration over the internal organization and the political proposal of the Workers' Party between 2003 and 2008. The article shows that the new environmental pressures

did not cause a rupture of the party with its recent trajectory, but accelerated its process of accommodation to an attitude ideologically more moderate and better adapted to the conditions imposed by the Brazilian political system. The article also shows that this process has not been free of internal tension and faced limits set by the history and the institutional design of the party.

Key words: PT; Workers' Party; Lula's Government; Political Parties; Brazil

Recebido em março de 2010.

Aprovado em maio de 2010.